OS SACRAMENTOS DA INICIAÇÃO CRISTÃ:

BATISMO, CRISMA, EUCARISTIA

Os sacramentos têm ainda futuro? Era esta a pergunta que espontaneamente se fazia nos anos setenta/oitenta, um tempo em que se tentava elaborar uma teologia da secularização. Inscrevia-se no processo feito à religião, em nome da fé, e à prática sacramental - e aos seus desvios -, em nome do compromisso. Inscrevia-se igualmente na crítica da visão sacra do universo. Perguntava-se se o ***rito sacramental*** não seria o resíduo duma cultura ultrapassada, e, portanto, já obsoleto.

Contudo, esta pergunta não explica o afastamento de certos cristãos relativamente às celebrações sacramentais. Esta desafeição tem outras causas e esteve, em parte, na origem desta questão. Verificava-se, com efeito, que muitas pessoas pareciam viver a sua fé na sua existência diária sem participar; a não ser episodicamente, nas celebrações dos sacramentos. Ao mesmo tempo, os pastores estavam inquietos - e ainda continuam - perante os pedidos de sacramentos que pareciam mais ser uma preocupação formalista do que uma exigência da fé.

Os sacramentos eram, pois, postos em questão, mas também questionavam. Devemos certamente lamentar o abandono da prática sacramental por cristãos generosos, abandono que foi simultaneamente causa e efeito destas interrogações. Mas devemos, de igual modo, congratular-nos com a reflexão teológica e o esforço catequético e pastoral que nasceram desta interrogação radical expressa de diversas formas.

A crise suscitou, em particular, uma renovação da teologia dos sacramentos e é esse o seu aspecto positivo. Os estudos empreendidos sobre este assunto beneficiaram com as investigações bíblicas e históricas. Beneficiaram, igualmente, com o contributo das ciências do homem, nomeadamente com estudos sobre o ***rito*** e o ***símbolo***, que nos ajudam a ter uma visão renovada dos sacramentos. O leitor é convidado a fazer um percurso que, progressivamente, revela as riquezas do mistério da salvação e, passo a passo, pode descobrir a ligação entre Cristo-sacramento, a Igreja-sacramento e os sete sacramentos. Uma ligação esclarecedora que, simultaneamente, nos ajuda a entrar mais

profundamente no mistério de Cristo e da Igreja e nos revela o lugar dos sacramentos.

As celebrações sacramentais que marcam o ritmo da vida do cristão *fazem da sua existência uma* ***existência sacramental****. O cristão que participa nos sacramentos torna-se,* de certo modo*, sacramento para o mundo e por toda a vida, transformada e animada pelo Espírito Santo*.

Ora, os estudos sobre a *função simbólica do homem* e *sobre o lugar e significação do rito na existência humana* ajudam-nos a redescobrir as riquezas do processo sacramental***. Jesus Cristo é o sacramento*** que revela o mistério de Deus e, ao mesmo tempo, ***revela o mistério do homem***. *O sacramento*, mais do que qualquer discurso, *diz quem é o homem*. ***Celebrar os sacramentos e fazer da sua existência uma vida sacramental são testemunho,*** quer dizer***, testificação da grandeza do homem e contestação de uma cultura que encerra o homem no universo sufocante da racionalidade e faz pesar sobre ele a ameaça de o transformar em objecto***.

Para ilustrar isto, refiro um acontecimento comentado por BAUDRILLARD. Há alguns anos, a múmia de Ramsés II, exposta no museu do Cairo, foi ameaçada por um fungo que a corroía. Foi levada para França e tratada num laboratório. Os sábios franceses conseguiram parar o processo de decomposição. O êxito foi, então, assinalado na comunicação social como um sucesso da ciência.

Quando os egípcios embalsamavam os seus faraós, celebravam uma cerimónia simbólica. A sua intenção não era deixar para a posteridade um objecto precioso, nem sequer á admiração dos seus contemporâneos. Colocavam a múmia algures, num lugar seco e ao abrigo da luz e este lugar era sagrado. Ramsés foi colocado na morada dos mortos que, para eles, era a morada de uma outra vida de que a múmia era o símbolo. Para os egípcios, aquele que tinham honrado como representante de Deus sobre a terra havia voltado para Deus. Dormia no seu túmulo, e a conservação do seu corpo assegurava a perenidade da sua presença. A cerimónia simbólica celebrava-se conforme um ritual que era mais do que um mero processo de embalsamamento.

O nosso tempo, apaixonado pela arqueologia, exumou a múmia de Ramsés II, violando a sua tumba e fazendo dela objecto de museu. A múmia do faraó foi retirada do seu universo simbólico e transferida para o mundo dos objectos. Exposta á luz e à poluição, conheceu o destino de todos os objectos: o desgaste e a corrupção. "*Terá bastado exumar Ramsés II para o exterminar, museificando-o. Porque as múmias não apodrecem com os vermes; morrem ao passar da ordem lenta e simbólica, que tem poder sobre a podridão e a morte, para uma ordem histórica, da ciência, do museu, a nossa, que não domina nada, que apenas sabe*

entregar à morte e á decomposição tudo quanto a precedeu, e procurar depois a sua ressurreição pela ciência. Violência irreparável contra todos os segredos, violência duma civilização sem segredo, ódio duma civilização contra as suas próprias bases".

O julgamento de Baudrillard é severo, mas lúcido. A sorte da múmia de Ramsés II poderia, com efeito, pressagiar a sorte do homem quando passa do universo simbólico para um mundo concebido como inteiramente racional e vivido como um mundo de objectos, como uma mina explorável. Saído da ordem simbólica, na qual a sua existência ganha sentido, não se arrisca o homem a ser também ele tratado como objecto?

Os sacramentos têm um grande futuro e nunca, como no nosso tempo, desempenharam um tão grande papel. É verdade que eles sempre foram, e continuam a ser; *gestos que o Senhor faz pelo homem*, ***gestos eficazes de graça***, *gestos pelos quais o homem* ***é configurado com Cristo*** *morto e* ***ressuscitado e se torna criatura nova, filho no Filho único****. As celebrações sacramentais são* ***espaços de encontro de Deus com o Seu povo****, espaços de encontro de Deus com cada membro da Igreja. É pela Sua Palavra e pelos sacramentos que o Senhor edifica a Sua Igreja, a faz crescer e a envia em missão*.

Mas devemos ainda sublinhar uma outra dimensão do sacramento: ***o sacramento-revelação do mistério de Deus e, ao mesmo tempo, revelação do mistério do homem****. Participando numa celebração sacramental,* ***o cristão proclama que recebe de Deus a revelação do sentido da sua existência****. Vivendo a sua existência como* ***sacramental****, testemunha a grandeza do homem, filho de Deus*. E nós devemos prestar este testemunho, se quisermos que o homem escape à sorte da múmia de Ramsés II.

O percurso que PHILIPPE BÉGUERIE E CLAUDE DUCHESNEAU nos propõem, desvenda-nos, progressivamente e numa linguagem simples, as riquezas dos sacramentos. Este percurso introduz-nos num outro*: o que fazemos ao participar nas celebrações sacramentais e o que recebemos ao viver na nossa existência quotidiana*. Este livro chama-se: ***Para Viver os Sacramentos***. Não o esqueçamos.

† Robert COFFY (Arcebispo de Marselha)

NA ORIGEM DOS SACRAMENTOS

Na nossa fé cristã, afirmamos que:

"Os sacramentos foram instituídos por Jesus Cristo."

Isto significa que não havia nenhum sacramento antes d'Ele e que os sacramentos mantêm o sentido e o poder de Jesus que os escolheu como meio de graça. Mas o facto de Jesus ter instituído os sacramentos não significa que tenha inventado os gestos e as acções rituais que são os seus suportes humanos. O Baptismo cristão não é o mesmo de João Baptista, e a existência deste baptismo mostra bem que Jesus retomou um rito existente antes de Si.

Raízes Bíblicas e Judaicas dos Sacramentos

Os sacramentos cristãos têm as suas raízes em acontecimentos bíblicos *(passagem do Mar Vermelho, para o Baptismo; Aliança do Sinai, para a Eucaristia...)* e em práticas da religião judaica anteriores ao cristianismo:

- *Banhos de purificação (entre os essénios e João Baptista) e baptismo de incorporação (para os prosélitos - pagãos convertidos ao judaísmo)*
- *Unções de consagração (Saúl, David: 1 Sam. 10 e 16) ou de cura (Tob. 11)*
- *Sacrifícios de Acção de Graças no Templo seguidos da refeição sacrificial em casa (ex: refeição pascal)*
- *Celebrações e práticas penitenciais (o Yom Kippur ou Dia do Perdão)*
- *Casamentos (ex: Tob. 7; Jo. 2)*

Nenhuma destas práticas é sacramento, mas, pelas suas expressões rituais e pela sua relação com a Aliança, todas elas prefiguram os sacramentos da Nova Aliança.

HISTÓRIA DO SACRAMENTO DA EUCARISTIA

Eucaristia é o nome que damos à Ceia do Senhor. A Igreja reúne-se e celebra a Eucaristia. A palavra é grega (*eucharistein*), e ainda hoje faz parte da linguagem corrente. Significa simplesmente: **Obrigado**. Mas a sua etimologia é bela: ***Eu/Ev*** quer dizer ***bom, bem***, como em *eufonia* (= *sequência harmoniosa de sons*), *euforia* (= *boa sensação*), *euritmia* (= *harmonia das proporções*); e ***Cháris*** significa o ***dom***. Dizer ***eucaristia*** é uma forma de proclamar: ***O dom que me fizeste é bom!***

Mas o uso do termo vem-nos da **liturgia do Templo de Jerusalém**. Designava, nos tempos que precederam Cristo, o mais importante dos sacrifícios, o que era como que o cume: o "***sacrifício de louvor***".

Desde há muito que os profetas queriam fazer descobrir uma noção do sacrifício mais espiritual que as imolações de touros ou de carneiros.

> "Porque é o amor que me agrada, diz Deus, e não os sacrifícios; o conhecimento de Deus mais que os holocaustos" (Os 6, 6; cf. Mt 9, 13; 12, 7)

No regresso do Exílio, talvez sob a influência da religião persa, muito espiritualizada, introduz-se no Templo de Jerusalém o costume de acompanhar com uma *acção de graças* o gesto da oferenda dum ***sacrifício de comunhão*** (chamado também *sacrifício de plenitude* ou *sacrifício de paz* - cf. Lc 3, 1). A acção de graças tornou-se, assim, um acto ritual que continha uma proclamação da obra de salvação realizada por Deus. Era um ***memorial***, um acolhimento da acção de Deus. Depois considerou-se esta acção de graças como o acto mais importante da liturgia sacrificial. Era mais essencial que a oferenda animal ou vegetal. Em hebraico chamava-se ***tôdah*** e a Bíblia grega traduziu esta palavra por ***eucaristia***. Desta forma, quando o Evangelho diz que Jesus fez *eucaristia*, significa profundamente que esta última refeição do Senhor é o verdadeiro sacrifício de louvor.

Agora que os cristãos redescobrem o sentido da acção de graças, não acreditamos que esqueçam, por isso, o valor do sacrifício. Pelo contrário, são fiéis à grande tradição bíblica de que os Salmos se fazem eco:

> Aquele que me oferece um sacrifício de louvor dá-me glória, ao que procede com rectidão mostrarei a salvação de Deus. (Sl 50, 23)

Assim o compreendeu o autor da Carta aos Hebreus:

> Por Cristo ofereçamos, sem cessar, um sacrifício de louvor, isto é, "o fruto dos lábios que confessam o Seu nome". (Hb 13, 15)

Origem

> **Eu recebi do Senhor o que também vos transmiti:**
> Que o Senhor Jesus, na noite em que foi entregue,
> tomou o pão, e, depois de dar graças, o partiu e disse:
> ***"Isto é o Meu Corpo, que será entregue por vós;***
> ***fazei isto em Minha Memória ".***
> Do mesmo modo, depois de cear, tomou o cálice e disse: "Este cálice é a Nova Aliança no Meu Sangue;
> ***todas as vezes que o beberdes, fazei-o em Minha Memória ".***
> ***Portanto, sempre que comerdes este pão e beberdes este cálice, anunciais a morte do Senhor até que Ele venha. (1 Cor. 11, 23-26)***

É este o mais antigo texto que nos fala da Eucaristia: transporta-nos até à Igreja de Corinto, em 55, uns 20 anos depois da morte de Cristo. As palavras que designam esta acção variaram, mas é sempre "isto" que faz a Igreja, e até agora numa espantosa e admirável fidelidade:

- *Ceia do Senhor (1 Cor 11, 20);*
- *Fracção do Pão (Act 2, 42);*
- *Missa (fim do séc. IV);*
- *Celebração Eucarística (a partir do Vaticano II).*

Esta fidelidade não impediu, no entanto, que cada período da história desse à Eucaristia um acento particular, "ficando a salvo a substância".

> **Concílio de Trento (XIX Ecuménico) Vigésima Primeira Sessão (1562)**
> O sagrado Concílio declara: a Igreja teve sempre, na distribuição dos sacramentos, *salva a sua substância*, o poder de decidir ou de modificar o que julgava melhor convir à utilidade espiritual dos que os recebem ou a respeito dos próprios sacramentos, segundo a variedade das circunstâncias, dos tempos e dos lugares.

Os primeiros séculos: A *Ekklésia* congrega-se

Os primeiros acentos que se notam no Novo Testamento e nos primeiros escritos cristãos sublinham a ligação muito forte entre a Eucaristia e a Assembleia (a ***Ekklésia*** em grego):

- *Quando vos reunis em assembleia... (1 Cor. 11, 18).*
- *Eram assíduos à **fracção do pão**... (Act. 2, 46).*
- *No primeiro dia da semana, estando nós reunidos para **partir o pão**... (Act. 20, 7).*
- *No dia do Senhor, reuni-vos em assembleia para **partir o pão**... (Didakhé; A.D. 100).*
- *Os cristãos tinham o costume de se reunir em assembleia num dia fixo antes da aurora... (Plínio, o Jovem; A.D. 112).*
- *No dia que se chama dia do sol, todos os cristãos que habitam na cidade ou no campo reúnem-se em assembleia num mesmo lugar... (S. Justino, Primeira Apologia; A.D. 150 - Esta é a primeira descrição que temos da celebração eucarística).*
- *Que ninguém diminua a **Ekklésia**, não indo a ela, para não diminuir em um membro o Corpo de Cristo. Não despedaceis o Corpo de Cristo! (Didascália dos Apóstolos; séc. III).*

Esta palavra ***Ekklésia*** é tão forte na vida das comunidades que terminará por ser o nome do próprio grupo: é a Assembleia, a Igreja que está numa determinada cidade (por exemplo: 1 Cor. 1, 2).

A assembleia reúne-se, portanto, para partir o pão. Ainda não há nem igreja-edifício nem missal! A reunião faz-se na casa de um dos membros (Act. 2, 46; Rom. 16, 23), e inspiram-se, para celebrar nos modelos da liturgia judaica (sinagoga, ceia pascal, Templo) que estes primeiros cristãos conheciam bem, pois eram judeus convertidos a Cristo. Quando não são (ou já não são) os próprios Apóstolos que presidem, lêem-se os seus escritos que circulam e se recopiam e se comentam. Estabelecem-se esquemas de orações sobre os quais os presidentes improvisam. Nos primeiríssimos tempos, a Eucaristia faz-se no decorrer duma refeição comunitária (1 Cor. 11), mas bem depressa foi separada. Em 150, S. Justino descreve a celebração sem fazer menção doutra refeição diferente da *distribuição e da partilha das coisas consagradas a cada um,* quer dizer, da comunhão do Corpo e do Sangue de Cristo.

Enfim, mais provavelmente que estas particularidades exteriores, é o próprio acto de té que é preciso encontrar. Por frases de Jesus como esta: *Não passará esta geração sem que todas estas coisas aconteçam* (Mc. 13, 30). Os primeiros cristãos tinham a íntima convicção de que a volta do Senhor estava iminente. A Eucaristia recebia, por isso, uma tonalidade muito escatológica: era a Ceia do Senhor que a assembleia reunida na espera da manifestação do Senhor partilhava. S. Paulo exprime-

o assim: «*Todas as vezes que comeis este pão e bebeis este cálice, anunciais a morte do Senhor até que Ele venha» (1* Cor. 11, 26).

A medida que estes primeiros cristãos verificaram que 0 Senhor não voltava, a espera ardente esvaziou-se, mas a Eucaristia conservou, como constitutivo do seu sentido, o caracter inicial de refeição escatológica (como nos cânticos da Anamnese: "Vem, Senhor Jesus!").

Organização e criação (do séc. IV ao séc. VIII)

A paz que o imperador Constantino oferece à Igreja, em 313, vai ter uma série de consequências:

- *Primeiramente, a ausência do risco de perseguição e o favor do imperador com respeito ao cristianismo vão provocar um aumento importante do número dos cristãos.*
- *As assembleias tornam-se demasiado grandes para se realizarem nas casas. Utilizam-se Os edifícios imperiais (as Basílicas), depois criam-se edifícios especialmente destinados para a reunião dos cristãos: são "casas de Igreja", casas da assembleia.*
- *Visto que há mais fiéis, são precisos mais ministros. Mas nem todos são formados e instruídos para este fim. A necessidade de ter livros litúrgicos* (Ordo *da missa,* Sacramentários *contendo formulários de orações,* Lecionários) *vai impor-se, mas com uma grande diversidade de criação segundo as regiões e as culturas (Oriente, Ocidente, Roma, Milão, Gália, Hispánia...)*
- *Este conjunto de situações novas leva a liturgia para uma oficialização progressiva, que não impede a participação dos fiéis, sempre abundante e calorosa.*

Uniformização e privatização (do séc. VIII ao séc. XVI)

Por razões nas quais se misturam indistintamente os motivos religiosos (dispersão e diversidade de costumes, ignorância dos clérigos) e políticos (vontade de unificação do Império), a dinastia carolíngia (Pepino, o Breve, Carlos Magno) terá uma influência determinante na evolução da liturgia, particularmente da missa.

- *Os formulários romanos são impostos na Gália, depois na Península Ibérica. Não eliminam os costumes locais, mas lhe levam um fundo comum.*

- *O canto litúrgico romano (a* cantilena romana) é *introduzido na Gália. Nomeadamente, sob o impulso do bispo de Metz, as melodias romanas serão desenvolvidas, ornadas até se tornarem o "canto gregoriano".*
- *Em 794, para lutar contra a heresia "adopcionista", Carlos Magno impõe o Credo de Niceia-Constantinopla depois do Evangelho.*
- *O conjunto destas medidas solidifica um pouco mais a liturgia e transforma pouco a pouco a Eucaristia da Assembleia em culto oficial do Império. O desenvolvimento do canto, obra de especialistas, necessariamente executada por eles* (Schola, *monges), reduz consideravelmente a participação activa do povo, afasta-o cada vez mais da acção e provoca a criação duma grande quantidade de orações privadas que o celebrante recita sozinho, assim como a privatização de orações públicas. Assim, o* cânon *(a Oração Eucarística I) começa a ser recitado em voz baixa, enquanto a schola canta o* Sanctus *e depois o* Benedictus.

Devido ao afastamento progressivo do povo relativamente à acção litúrgica e às correntes de piedade que insistem na indignidade e no temor do pecado, comunga-se cada vez menos. Juntam-se a isso razões práticas e de higiene: o rito de comunhão transforma-se consideravelmente a partir do séc. IX:

- *emprega-se apenas o pão ázimo (não levedado), mais fácil de conservar;*
- *não se comunga do cálice;*
- *começa-se a comungar na língua e não na mão;*
- *para facilitar esta maneira de comungar, nasce o costume de comungar de joelhos.*

O séc. XIII será marcado por duas reacções:

- *O IV Concilio de Latrão, em 1215, vê-se obrigado a prescrever que todos fiéis devem comungar "ao menos uma vez cada ano", depois de terem confessado "todos os seus pecados", por ocasião da Páscoa* (ir à desobriga).
- *Por uma espécie de profundo sentimento popular de que o cristão não pode estar completamente afastado da Eucaristia, vai nascer o culto do* Santíssimo Sacramento *e ampliar-se constantemente. É disso testemunha o costume que apareceu, e depois foi prescrito, da elevação da hóstia depois da consagração; a elevação do cálice só surgirá no fim do séc. XIII.*

Notemos ainda alguns pontos importantes relativos a este período:

- *A nova arte dita* gótica *permite a construção de edifícios religiosos mais vastos (as catedrais). Embora a arte seja admirável, as consequências litúrgicas são infelizes: os fiéis ficam cada vez mais afastados do santuário, quer dizer, do lugar do centro da acção. O costume que em breve aparecerá de rodear de grades este santuário não virá melhorar as coisas.*

- *"Tudo isso termina por fazer dos leigos assistentes tão passivos que os livros litúrgicos nem sequer mencionam a sua presença"* (L'Église en priére *II, p. 157). Os fiéis já não participam na missa a não ser de forma indirecta, multiplicando, para sua santificação pessoal, actos de devoção que não têm necessariamente relação com a acção litúrgica (como, mais tarde, a recitação do terço durante a missa).*
- *Finalmente, a conjunção destas correntes e destas devoções vai provocar uma reviravolta na maneira de pensar e de celebrar a missa: cada vez mais os padres, primeiro no campo, depois nos mosteiros e depois de uma maneira geral, vão celebrar a missa com um número muito reduzido de fiéis, até mesmo apenas com o sacristão. Os "Missais Plenários", que contêm todas as orações, os cânticos e as leituras, facilitarão a possibilidade disso, e a expansão das missas celebradas pelos defuntos multiplicar-lhe-á as ocasiões.*

O Concílio de Trento (séc. XVI)

Temos de pôr de lado a ideia de que o Concilio de Trento não teria feito mais que lançar anátemas! E verdade que o fez, com o espírito e o estilo do tempo, para preservar e repetir a fé católica, nomeadamente no que concerne ao sacramento da Eucaristia, mas também provou ter um autêntico sentido pastoral para corrigir os abusos e endireitar os desvios em curso na própria Igreja Católica, ao ponto de se poder dizer, ao examinar algumas das suas exigências e intuições, que foi preciso esperar pelo Vaticano II para que Trento se cumprisse.

Relativamente à missa, os bispos quiseram uma unificação no modo de celebrar, para remediar a grave situação da liturgia e o perigo que esta situação fazia correr à Eucaristia:

- *taxas abusivas sobre os actos litúrgicos;*
- *padres, cuja única função era dizer missas pelos defuntos;*
- *clero inculto, dado que os seminários ainda não existiam;*
- *proliferação de excrescências devocionais em redor dos ritos (multiplicação das orações privadas, sinais da cruz e beijos nos objectos litúrgicos);*
- *alegorias que desviavam a liturgia eucarística do seu sentido (impor as mãos antes da consagração já não era um sinal de que se invocava o Espírito Santo, mas de que se carregava Cristo com os pecados do mundo);*
- *proliferação de actos para-litúrgicos (exposição de relíquias, procissões);*
- *separação cada vez maior entre o que fazem os clérigos no santuário e os fiéis no corpo da igreja;*

- *desvio da compreensão da Eucaristia para o ver e perceber, em detrimento da participação no mistério eucarístico, a ponto de alguns bispos proporem já que a missa fosse celebrada em língua viva e o cardeal de Cusa dizer já no séc. XIV: O santo Sacramento não foi instituído como uma coisa para ver; mas como um alimento;*
- *esbatimento do domingo como celebração de Cristo ressuscitado pela invasão das festas dos santos.*

O Concilio de Trento, como o Vaticano II, não foi até uma revisão pormenorizada do *Ordo* da missa, mas encarregou o Papa Pio IV de executar a reforma. Quando este morreu, Pio V prosseguiu a sua obra. Infelizmente, por falta de tempo, de conhecimentos históricos e de peritos, foi, enfim, o missal da Cúria Romana que Pio V promulgou em 14 de Julho de 1570. Ora, este missal estava feito para a celebração de missas privadas: era um missal duma missa sem povo!

Este missal foi-se, pouco a pouco, espalhando no Ocidente, mas, segundo os princípios do próprio Concílio, deixando às dioceses a faculdade de continuar a praticar a sua liturgia local com os costumes particulares, caso tivessem mais de duzentos anos. Assim, Milão, Lião, Braga, os dominicanos, puderam continuar com o seu rito próprio, e o arcebispo de Paris, Mons. de Quelen, editará, ainda em 1830, o Missal Parisiense e não o Romano.

De Trento ao Vaticano II

Durante quatro séculos, a missa é celebrada silenciosamente pelo padre, eventualmente com presença dos fiéis. A obrigação de ter um "ajudante da missa" é o único testemunho que resta para significar a importância da Assembleia.

Há, entretanto, evoluções, algumas das quais aumentam ainda mais o corte entre o padre e a assembleia:

- *encoraja-se o costume de rezar o terço durante a missa;*
- *solenizam-se e fomentam-se de tal modo as visitas ao Santíssimo Sacramento que muitas vezes são preferidas (salvo ao domingo) á missa rezada para marcar os tempos fortes: mês do Rosário, mês de Maria, primeira sexta-feira do mês.*

Outros vão tentando constantemente restaurar uma mais justa participação dos fiéis na liturgia:

- *traduções do missal para uso dos fiéis, desde o séc. XVII;*
- *criação, sob o impulso dos Oratorianos, dum cantochão popular (missa dos Anjos, missa real de Dumont, Rorate, Salve...);*

- *comentários da liturgia com uma autêntica preocupação de lutar contra as alegorias deturpadoras (O ANO LITÚRGICO de Dom Guéranger é de meados do séc. XIX);*
- *sobretudo, a restauração da comunhão frequente por Pio X, em 1905, e da comunhão precoce, em 1907. O mesmo Papa pedirá «a participação activa dos fiéis na liturgia»:*
- *começo da criação dos cânticos populares. Desde antes da Guerra de 39-45, com as missas dialogadas, isto permitirá uma maior participação nas missas rezadas e influenciará pouco a pouco até as missas solenes, sob o impulso de movimentos como a JOC, a JAC, o escutismo...*
- *finalmente, como um prelúdio do Vaticano II, a obra litúrgica de Pio XII:*
- *encíclica Mediator Dei em 1947,*
- *restauração da vigília pascal em 1951 e da Semana Santa em 1956,*
- *restauração das missas vespertinas e abrandamento do jejum eucarístico em 1953.*

Deve-se assinalar que este movimento de restauração litúrgica, que desembocará na Constituição litúrgica do Vaticano II e na sua reforma, não teria existido sem a renovação bíblica, patrística e histórica, desde o princípio do séc. XIX. Deve-se, também, a um trabalho incansável de regresso às fontes que se fez especialmente na Alemanha (abadia de Beuron), na Bélgica (abadia de Maredsous e do Mont-César) e na França (criação do Centro de Pastoral Litúrgica, que se tornará, depois do Concílio, um centro nacional, o CNPL).

A reforma do Vaticano II

Esta reforma é a fonte da liturgia actual. Eis os principais eixos que guiaram o trabalho dos Padres e dos peritos do Concilio: muito longe de constituírem uma série de inovações, até nos pontos que mais nos surpreenderam (celebrante voltado para o povo, utilização das línguas vivas, comunhão na mão...), a reforma é um regresso às fontes e particularmente à maneira de celebrar e de orar da Igreja dos primeiros séculos. Em particular nos pontos seguintes:

- *simplificação do desenrolar ritual da celebração;*
- *disposição mais funcional dos lugares, a fim de melhor permitir a comunicação (cadeira do celebrante, ambão, altar voltado para o povo...);*
- *restabelecimento da concelebração e fim das missas paralelas e simultâneas;*
- *prioridade dada à celebração do domingo, dia do Senhor, sobre as festas dos santos e as «missas votivas»;*
- *primeiro lugar dado à missa com povo e participação deste na acção litúrgica;*

- *utilização da língua falada pelos participantes como língua litúrgica;*
- *importância devolvida à Palavra de Deus, inclusive ao Antigo Testamento e aos salmos;*
- *regresso à oração eucarística proclamada em voz alta;*
- *reintrodução da Oração Universal, da comunhão na mão e até, em certas ocasiões, da comunhão sob as duas espécies...*

Estes pontos de reforma, entre tantos outros, fazem da missa do Vaticano II, segundo o *Ordo Missae* de Paulo VI, promulgado em 3 de Abril de 1969, uma celebração mais conforme com a dos primeiros séculos da Igreja, e, por isso, mais próxima da Ceia do Senhor.

A Reforma Litúrgica do Concílio Vaticano II:

- Simplificação do desenrolar ritual da celebração

- Disposição mais funcional dos lugares, a fim de melhor permitir a comunicação

- Restabelecimento da concelebração e fim das missas paralelas e simultâneas

O SACRAMENTO DA ORDEM

Porque é que se deu este nome ao sacramento que concerne os ministérios? A razão é simples, mas não é diretamente percebida por muitos e pode-se dizer que este nome é fonte de muitas confusões no catecismo!

Os membros do clero não estão encarregados de pôr ordem na comunidade, como as crianças pensam com frequência! Não é sequer porque pertence ao papa, aos bispos e aos padres dar ordens a que todos devem obedecer! Também não é porque se trata de uma coisa de primeira ordem, para dizer que é duma qualidade superior!

Ordem quer dizer, segundo o dicionário, *associação, grupo de pessoas submetidas a certas regras profissionais, morais ou religiosas.* É por isso que se fala de Ordem dos Médicos, Ordem dos Advogados. Designam-se também com este nome as principais congregações religiosas e diz-se de quem se torna membro delas: "entrou para a Ordem».

Desde a origem, os Anciãos, na comunidade cristã, formavam um grupo encarregado do governo. Quando se era escolhido para este múnus, entrava-se no "Colégio dos Anciãos»: em latim, *ordo presbyterorum;* em português: *ordem dos presbíteros.*

A ordenação é a cerimónia na qual é celebrado o sacramento da Ordem.

A HISTÓRIA DOS MINISTÉRIOS

O nascimento dos ministérios, tal como aparece nos escritos do Novo Testamento já foi evocado neste capítulo.

Séculos II e III

A grande variedade de ministérios no séc. l e sobretudo da sua denominação perpetua-se. Contudo, desde o princípio do séc. II, com Inácio de Antioquia, aparece uma organização hierárquica: são os três degraus do «ministério ordenado: o episcopado, o presbiterado e o diaconado. Constituem, desde esse tempo, os três degraus do sacramento. Salientamos, desde já, a insistência na responsabilidade e na autoridade do bispo.

> *Que ninguém, além do bispo, faça nada que diga respeito à Igreja. Que seja tida como legítima só a Eucaristia que se fizer sob a presidência do bispo ou de quem ele tiver encarregado. Segui o bispo como Jesus Cristo segue o Seu Pai, e o presbytérium como os Apóstolos seguem Jesus; quanto aos diáconos, respeitai-os como a lei de Deus* (Carta de Inácio de Antioquia aos cristãos de Esmirna).

Bem depressa vai surgir outro nível de organização: a hierarquização dos bispos entre si ou, mais exatamente, das sedes episcopais. Cinco cidades vão então ser reconhecidas pela sua preeminência: quatro porque tiveram um Apóstolo como fundador (Jerusalém, Antioquia, Roma e Alexandria), e a quinta por causa da sua importância política (Constantinopla). Ainda hoje são sede de um patriarcado. O mesmo Inácio de Antioquia será o primeiro a testemunhar que é dada uma importância particular à sede de Roma. Tem esta bela expressão: *A Igreja de Roma... que preside à caridade das Igrejas.*

Ao mesmo tempo aparece, como outra característica, o que se poderia chamar a «sacerdotalização» dos ministérios episcopais e presbiterais. Sob a influência do Antigo Testamento e das categorias religiosas das outras religiões, começa-se a falar do bispo e do padre utilizando o vocabulário reservado às personagens sagradas *(hiereus* em grego e *sacerdos* em latim).

Ora nunca o Novo Testamento o havia feito, por surpreendente que isso possa parecer. Parece então ter-se esquecido que a Carta aos Hebreus reserva o adjetivo sacerdotal para o próprio Cristo: o *Seu sacerdócio é exclusivo* (Heb. 7, 24) e que a 1Carta de Pedro fala de todo o povo como sacerdotal (1Ped. 2, 5 e 9). Acerca deste ponto referir-nos-emos ao que já foi dito no capítulo IV da 2a Parte. O concílio Vaticano lI, na sua Constituição sobre a Igreja e no seu Decreto sobre o ministério e a vida dos padres, trará uma clarificação teológica determinante.

A Igreja constantiniana no séc. IV

Em 313, pelo edito de Milão, o imperador Constantino concede a liberdade à Igreja, enquanto que, em 381, pelo edito de Tessalónica, o imperador Teodósio declara oficial a religião cristã.

Estas duas datas, muito importantes para a Igreja, tiveram consequências cheias de ambiguidades. A Igreja é livre, mas organiza-se cada vez mais seguindo o modelo da administração civil. Já que a religião cristã é oficial, torna-se oportuno, e já não arriscado, converter-se. Os padres são isentados de impostos; é, portanto, bom ser ministro da Igreja. A oportunidade de estar em paz e de poder organizar livremente o culto cristão leva consigo uma certa «funcionalização» dos padres e uma clericalização da sua situação social de «privilegiados».

Este risco não impede que seja no séc. IV que encontramos a mais extraordinária amostra de bispos de enorme estatura: Ambrósio de Milão, Atanásio de Alexandria, Basílio de Cesareia, Gregório de Nissa, seu irmão, e Gregório Nazianzeno, seu amigo, João Crisóstomo, patriarca de Constantinopla, Cirilo de Jerusalém, Hilário de Poitiers, Martinho de Tours, e, lá mais para o fim do século, os começos do episcopado de Agostinho de Hipona. Que melhor prova de que a Igreja é fiel e sólida, apesar dos riscos!

A Idade Média

No princípio da Idade Média, na Europa, o campo está quase evangelizado. O número de paróquias aumenta assim como o dos párocos. Mas, dado que a evangelização é considerada como já feita, os padres confinam-se cada vez mais ás tarefas cultuais. Por outro lado, o aparecimento do sistema feudal provoca a submissão dos ministérios aos poderes locais: o bispo ao imperador, o pároco ao senhor. Podemos acrescentar que a ignorância do clero e o seu afastamento da autoridade não favorecem nem a sã doutrina nem os bons costumes. Perante esta situação, o séc. Xl aparece como uma importante época de reforma:

- contra a submissão do poder espiritual ao poder temporal (Canossa é em 1077!);
- contra os abusos provenientes da ligação entre o dinheiro e o exercício do ministério;
- contra o relaxamento dos costumes do clero.

Com Gregório VII, em 1073, o celibato torna-se uma condição de acesso ao ministério presbiteral. O monge torna-se um ideal. Os mosteiros desenvolvem-se, efetivamente, nesta época e um número cada vez maior de monges é ordenado padre.

No séc. XIII, enquanto se constroem as catedrais e as universidades, serão os religiosos, franciscanos e dominicanos, que assumirão o relevo evangélico nas tarefas que os padres seculares já não cumprem: o apostolado e o ministério da Palavra.

O século XVI

De certo modo, é ao valor do impulso das ordens religiosas do séc. XIII que se deve a revolta de Lutero no séc. XVI. Porque os abusos continuaram: os párocos estão cada vez mais ausentes das paróquias, clérigos nem sequer ordenados acumulam os benefícios, as diferenças entre alto e baixo clero são cada vez mais gritantes, a política, mais do que a fé, parece ser a preocupação do papa...

O Concílio de Trento opor-se-á a Lutero, primeiro num plano doutrinal, afirmando o carácter sacerdotal do ministério presbiteral. Mas acrescentar-lhe-á um cuidado pastoral que dará como resultado, em 1563, a promulgação dum decreto sobre os seminários. Esta inovação relativa à formação dos futuros padres constitui uma verdadeira mudança, não na natureza, mas no exercício do ministério. Era esperada, havia, pelo menos, sete séculos. Os Jesuítas, que nascem nesta época, são disso a melhor ilustração. Houve também os Lazaristas (Vicente de Paulo) e os Sulpícianos (J. J. Quer) que foram fundados no séc. XVII para assegurar a formação dos seminaristas. Eles estarão na origem de uma «espiritualidade sacerdotal» que alimentará os padres diocesanos até ao Vaticano II.

A Revolução francesa
Sem esta reforma do clero, ter-se-ia verificado, por ocasião da Revolução francesa, este duplo e admirável empenhamento do clero? Estiveram primeiro profundamente misturados nas reivindicações dos mais carenciados, desde 1789. Em seguida, tiveram de atravessar o «Terror de manter, a todo o custo, mesmo com a própria vida, a vida cristã mais autêntica, porque, finalmente, despojada de todos os privilégios.

Vaticano 1
Infelizmente interrompido pela guerra de 1870, o Concílio Vaticano 1 só pôde desenvolver a primeira parte da sua elaboração doutrinal. Foi por isso que ficou marcado, na mentalidade católica, pela definição da infalibilidade pontifícia que dá uma imagem piramidal da Igreja. E como que uma concepção curiosamente irreal na qual tudo repousasse no vértice. O Vaticano II veio completar o Vaticano 1 com a sua Constituição dogmática sobre a Igreja. Esta é formada pelos membros do Corpo de Cristo, o povo de Deus, ao serviço do qual os ministros exercem as suas funções.

1905-1914 e depois...

O pároco e o presidente da Junta ou da Câmara, que tanto se tinham defrontado aquando da separação da Igreja e do Estado, reencontram-se na mesma trincheira, no mesmo combate; *O que acreditava no céu e o que não acreditava nele,* como diz Aragon! Passa-se, então, algo de determinante para a maneira como vai ser vivido o ministério presbiteral durante os sessenta anos seguintes.

O clero francês descobre que não é na separação, mas na proximidade, que pode exercer melhor o seu ministério; que não é a batina, mas a fraternidade, que o torna reconhecido como servidor de Cristo e da Igreja; que o despojamento é, mais uma vez, a condição do testemunho apostólico.

Tantos padres se lembrarão disso quando, dez anos depois do Armistício de 1918, fundarem a JOC nas cidades e a JAC no meio rural!

Tantos padres disso se recordarão durante os anos difíceis de 39-45 (e, salvas as proporções, durante a guerra da Argélia), ao partilharem a vida de todos nas celas dos prisioneiros, nos campos de concentração ou na resistência. Reencontrarão o que os seus antepassados viveram nas trincheiras e, de novo em paz, quererão continuar, no seu bairro ou na sua aldeia, a viver o seu ministério na maior proximidade possível com os homens e as mulheres a quem a Igreja os enviava como fermento na massa e não para ficarem ao lado. *Os padres são irmãos entre os irmãos,* dirá o Concilio Vaticano II no seu decreto sobre o ministério e a vida dos padres.

Vaticano II

A Constituição dogmática sobre a Igreja começa por reabilitar o sacerdócio dos batizados. Só a seguir define o sacerdócio ministerial e indica a sua relação com o primeiro:

- dá uma participação especial no sacerdócio do único sacerdote, Jesus Cristo; de um modo diferente do sacerdócio batismal, é configuração com Cristo, cabeça do Seu Corpo;
- coloca o «ministro» ao serviço do sacerdócio de todos os batizados;
- a pregação do Evangelho é a primeira tarefa dos bispos e dos padres; vêm depois a santificação e o governo dos fiéis;
- há diversidade de ministérios na Igreja de Cristo.

O papa Paulo VI, em 1972, reorganizará o conjunto das funções ministeriais da Igreja católica:

- supressão das ordens menores e do subdiaconado;
- substituição da tonsura por um rito de admissão ao diaconado e ao presbiterado;
- distinção entre o diaconado como preparação para o presbiterado e o diaconado permanente; este último sem obrigação do celibato;
- restabelecimento dos «ministérios instituídos» para o serviço da Palavra, da oração e da Eucaristia;
- orientação para ministérios mais variados, mas conferidos apenas para um tempo e um lugar determinados.

Como bons dispensadores das graças de *Deus, cada um de vós ponha á disposição dos outros o dom que recebeu. Se alguém fala, fale palavras de Deus; se alguém exerce um ministério, que exerça como um dom recebido de Deus, para que em todas as coisas Deus seja glorificado por Jesus Cristo.*

O SACRAMENTO DO BATISMO

BAPTIZAR. A palavra vem do grego *baptizem* que quer dizer «mergulhar, imergir». Nas origens, com efeito, para batizar não se contentavam com fazer correr um pouco de água pela fronte. Os batistérios dos primeiros séculos eram tanques bastante grandes, muitas vezes em forma de cruz. O catecúmeno descia de um lado por uma escada com alguns degraus e era mergulhado na água e dela saía pelo outro lado. Compreendia-se melhor como o Baptismo é simultaneamente: um mergulho na morte de Cristo e uma ressurreição; uma passagem, como a dos Hebreus no mar, aquando da sua saída do Egipto, conduzidos por Moisés.

Da saída do Egipto ao nosso baptismo - Da escravidão à liberdade

A Saída DO EGIPTO	A PÁSCOA DE JESUS	O NOSSO BAPTISMO
A - A Páscoa é "uma passagem"		
Da escravidão à liberdade Do Egipto à Terra Prometida	**Jesus passa deste mundo para o Pai.** **Passa da morte à vida.**	**Libertos do pecado e da Lei.** **Passamos do pecado à vida.**
B - É uma partida		
Em direcção à Terra Prometida. É um começo, o nascimento do Povo de Deus. É uma Nova Criação.	**Jesus vai para Seu Pai e nosso Pai.** **A vida nova do Ressuscitado.** **O Primogénito da Criação.**	**Caminhamos para o Reino.** **É um Novo Nascimento.** **Somos uma nova criação.**
C - É uma longa caminhada		
40 anos no deserto. 40 anos = a duração duma vida. O deserto = o tempo da prova, no qual se prova a fidelidade. O Deserto é o tempo da providência: Deus guia o Seu Povo Deus dá o pão para o caminho.	**Jesus vai 40 dias para o deserto.** **Jesus é tentado pelo demónio,** **Jesus prova a Sua fidelidade.** **Jesus é guiado pelo Espírito.** **O Seu alimento** **é fazer a vontade do Seu Pai.**	**Toda a nossa vida é um Êxodo.** **Temos de provar a nossa fé.** **Deus está connosco,** **dá-nos o Seu Espírito.** **Temos o pão da Eucaristia.**
D - Vivida numa Aliança		
Conclusão da Aliança no Sinai. Deus dá a Sua Palavra, a Lei O povo compromete-se com Deus.	**Jesus inaugura a Nova Aliança** **Jesus é a Palavra Viva** **Dá a Nova Lei no Sermão da Montanha**	**Entramos na Aliança com Deus.** **Caminhamos á luz** **da Palavra de Deus.** **O baptismo é o compromisso de toda a nossa vida**
E - A entrada na Terra Prometida		
É a travessia do Jordão que marca o fim do caminho.	**Jesus, baptizado no Jordão por João,** **é também baptizado na Sua morte.**	**O fim do nosso percurso** **é o baptismo na morte,** **e a entrada no Reino.**

O SACRAMENTO DA CONFIRMAÇÃO

Confirmar quer dizer: tomar firme.

Não *é a fé* que *é confirmada, é a* pessoa. O texto mais antigo que comenta esta celebração *é a* homilia do Pentecostes de Fausto de Riez, cerca de 405, na qual encontramos esta fórmula: «*No Baptismo somos regenerados para viver; depois do Baptismo, somos confirmados para a luta».*

A imposição das mãos

Desde os primeiros dias da Igreja, no dizer dos Actos dos Apóstolos, o rito do Baptismo é completado pelo da imposição das mãos para o dom do Espírito. Assim, quando o diácono Filipe evangeliza a Samaria, os *Apóstolos que estavam em Jerusalém tiveram conhecimento* de que a Samaria *recebera a palavra de Deus* e *enviaram para lá Pedro e João. Estes desceram até lá e rezaram pelos samaritanos para eles receberem o Espírito Santo que, na verdade, não descera ainda sobre nenhum deles. Tinham apenas recebido o Baptismo em nome do Senhor Jesus. Pedro e João iam, então, impondo as mãos sobre eles e eles recebiam o Espírito Santo* (Act. e, 14-17; ver Act. **19, 5-6).**

Houve certamente várias maneiras de proceder, segundo as comunidades. Nos Actos dos Apóstolos, o baptismo de água refere-se sobretudo ao perdão dos pecados, e o rito da imposição das mãos concerne o dom do Espírito Santo. Ambos aparecem intimamente ligados; são os dois aspectos complementares da introdução na comunidade cristã.

A prática da Igreja fixou-se seguidamente, no decurso dos séculos, conservando uma certa diversidade, como se vê pela história dos sacramentos da Iniciação. Mas, desde as origens, a dualidade dos ritos prepara para a distinção que a Igreja católica latina manteve entre Baptismo e Confirmação.

A fracção do pão

A «Fracção do Pão», antigo nome dado à Eucaristia, faz parte da vida habitual da comunidade. Os Actos dos Apóstolos mencionam-na logo a seguir ao acontecimento do Pentecostes: *Os que aceitaram a sua palavra receberam o baptismo, e naquele dia juntaram-se aos crentes cerca de três mil pessoas. Eram assíduos ao ensino dos Apóstolos, à união fraterna, à fracção do pão e às orações* (Act. 2, **41-42).**

A participação na mesa da Eucaristia é precisamente o que manifesta a plena integração na comunidade dos crentes. E a última etapa da Iniciação Cristã.

HISTÓRIA DOS SACRAMENTOS DA INICIAÇÃO CRISTÃ

A instituição do Baptismo

O baptismo de Jesus

Ao fazer-se baptizar, Jesus dá ao baptismo de João um sentido que não tem por si mesmo. Pois era apenas: *baptismo de conversão para o perdão dos pecados* (Mc. 1, 4). Jesus acrescenta-lhe: um carácter de incorporação que S. Jerónimo define assim: *Ao entrar nas águas do Jordão, Jesus mergulha nelas a humanidade inteira;*

- um carácter de filiação: a frase *«Este é o Meu Filho muito amado»* (Mc. 1, 11) manifesta que o Pai reconhece o Seu Filho eterno no homem Jesus;
- um carácter de confirmação: a palavra do Pai sobre o Seu Filho confirma que o homem Jesus é efetivamente o Messias, o enviado; Jesus vai poder começar a Sua vida pública.

A Páscoa

O verdadeiro baptismo de Jesus é a Sua Páscoa: *«mergulho»* na morte e na ressurreição de entre os mortos. *Podeis beber o cálice que Eu vou beber e receber o baptismo que Eu vou receber?* - pergunta Jesus aos Seus discípulos.

S. Paulo, o primeiro teólogo do baptismo, deduzirá daqui a seguinte afirmação: *ignorais, porventura, que todos nós, que fomos baptizados em Jesus Cristo, fomos baptizados na Sua morte? Pelo baptismo, sepultámo-nos juntamente com Ele, para que, assim como Cristo ressuscitou dos mortos, mediante a glória do Pai, assim caminhemos nós também numa vida nova* (Rom. 6, 3-4).

A missão

Antes de deixar os Seus discípulos, o Senhor ressuscitado envia-os em missão, dizendo-lhes: *Ide, pois, ensinai todas as nações, baptizando-as em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo (*Mt. 28, 19)

A iniciação cristã. O princípio da Igreja

É pelo anúncio da ressurreição de Jesus e pelo Baptismo que a Igreja começa, no dia do Pentecostes (Act. 2, 14-41).

- Trata-se dum baptismo colectivo de adultos judeus.

- O Baptismo do eunuco etíope, por Filipe, um dos Sete, é o primeiro caso de baptismo individual (Act. 8, 20-39).

- Mas logo a seguir, não-judeus serão baptizados: Cornélio e toda a sua casa (Act. 10, 47-48)

- Segundo os princípios sociais da época, quando os Actos dos Apóstolos nos disseram do carcereiro de Paulo que recebeu o baptismo «*ele* e *todos os seus*» (Act. 16, 33), há toda a razão para pensar que esta expressão indica que as crianças foram igualmente baptizadas.

A organização do catecumenado do séc. II ao VI

Desde meados do séc. II, temos, com S. Justino, o testemunho de que se organizam a preparação para o baptismo e a sua celebração.

O aumento do número dos candidatos assim como os riscos de apostasia ou de heresia decorrentes das perseguições ou das seitas levarão a Igreja a reforçar as exigências da formação dos catecúmenos. Daí nascerá o itinerário da Iniciação cristã:

A preparação remota

- a investigação sobre a vida e o ofício dos candidatos;
- a admissão do candidato na presença dum padrinho que o acompanhará durante os dois ou três anos da sua preparação;
- as catequeses: série de ensinamentos sobre a história da salvação feita por um clérigo ou um leigo;
- a participação na liturgia da palavra da assembleia dominical.

A preparação próxima

Quando se aproximam as festas pascais, o catecúmeno realiza a última etapa da sua preparação (o fundamento da nossa Quaresma) por uma série intensiva de reuniões:

- a inscrição do nome: o candidato é apresentado ao bispo pelo seu padrinho; o bispo escolhe-o em nome do Senhor;
- as catequeses sobre a Escritura e o Credo feitas pelo bispo;

- a entrega do Credo (Transmissão do Símbolo), depois do Pai-nosso que deverão ser aprendidos de cor.

A **preparação última**

Nas horas que precedem a vigília pascal, efetuam-se os últimos actos da preparação:

- a entrega *(redditio)* do Credo e do Pai-nosso;
- *O Effeta* (palavra hebraica que significa *Abre-te)*

  lembra a cura dum surdo-mudo por Jesus (Mc. 7, 32-35);
- a renúncia ao demónio;
- a unção com óleo pré-baptismal, sinal de força para o combate;
- a oração sobre a água que o bispo pronuncia;

O Baptismo.

O catecúmeno desce os três degraus que conduzem ao fundo da piscina. Está dentro da água até ao peito. O celebrante baptiza-o, então, apoiando a mão sobre a sua cabeça e fazendo-o mergulhar na água por três vezes, segundo a fórmula trinitária. O novo baptizado emerge, então, da água do Baptismo.

Os ritos complementares

- O crisma, unção com o óleo santo em sinal de consagração;
- a imposição das mãos do bispo para o dom do Espírito Santo **(Confirmação);**
- a entrega da túnica branca que o baptizado usará durante uma semana;
- a **Eucaristia:** toda a assembleia (neófitos, fiéis, padres e bispo) se dirige então do baptistério para a igreja catedral para aí celebrar a Eucaristia pascal, no decurso da qual os recém-baptizados terminarão a sua iniciação comungando o Corpo e o Sangue de Cristo, de Quem acabam de se tornar membros pelo Baptismo.

> *Vós fostes enceleirados no momento da vossa entrada no catecumenado: durante o catecumenado, fostes moídos pelos jejuns, pelos exorcismos, pela conversão, e viestes à fonte baptismal, na qual fostes embebidos de água. Tomastes-vos uma espécie de massa que foi cozida ao fogo do Espírito: sois, assim, o pão do Senhor. Pois bem, sede, por isso, o que vedes, e recebei o que vós sois! (*Santo Agostinho (354-430), falando a recém-baptizados)

O caso da Confirmação

(ver Capítulo III da 1ª Parte, p. 80)

Durante os três primeiros séculos da Igreja, o cristianismo será essencialmente urbano (Jerusalém, Antioquia, Roma, Alexandria, Lião...) e as comunidades de reduzidas dimensões, nomeadamente por causa das perseguições. O bispo é um pouco o «pároco» de cada cristão: está próximo. Na Páscoa, baptiza os catecúmenos presidindo ou realizando ele próprio os ritos que precedem e seguem o banho propriamente dito. Assim, é ele que, depois do baptismo, faz a unção do óleo e impõe as mãos ao neófito invocando o Espírito Santo. Não viria a ninguém a ideia de que havia nisto duas acções distintas para o Baptismo e para a Confirmação, e ainda menos duas celebrações.

Mas, quando o cristianismo, depois da paz constantiniana em 313, vai poder expandir-se livremente nas cidades e até nos campos, o bispo vai estar cada vez mais longe de comunidades e cada vez mais numerosas. Nascerá então o costume de ser o padre a baptizar os catecúmenos da comunidade de que é responsável, mas esperar-se-á pela vinda do bispo para fazer aos novos baptizados a unção e a imposição das mãos. E em 465 que Fausto, bispo de Riez, fala, a este propósito, de «confirmação».

Continuação da história do Baptismo Do séc. VI ao séc. XII

À medida que os anos passam, cada vez mais adultos se tornam cristãos. Pouco a pouco, só há crianças para baptizar. Primeiramente far-se-ão para elas adaptações no ritual da iniciação cristã: redução do tempo de preparação, substituição das catequeses, agora inúteis, pela «entrega dos Evangelhos», aproximação dos ritos, mudança do papel do padrinho que se torna aquele que fala em nome da criança...

Mas permanece o princípio de celebrações colectivas do baptismo que acabam na comunhão eucarística (se a criança é demasiado pequena para mastigar, o padre molha o dedo no sangue de Cristo e toca a língua do bebé).

Do séc. XIII ao Vaticano II

- A mortalidade infantil, ampliada pelos «grandes medos» da Idade Média, leva a que se administre o baptismo cada vez mais cedo depois do nascimento.

- Por razões de comodidade, abandona-se, pouco a pouco, o Baptismo por imersão (mergulho na água) a favor do baptismo por infusão (água derramada sobre a cabeça) (séc. XIV).

- Visto que já não se tem tempo para fazer uma preparação, desaparece o catecumenado e o conjunto dos ritos é realizado numa só celebração (a partir do séc. XIV).

• Desde o séc. XIII, aparece o costume de atrasar a primeira comunhão até à idade da razão, depois mesmo até aos onze ou doze anos. A Confirmação segue o mesmo movimento até ser administrada só depois da primeira comunhão, o que tem como consequência uma inversão da ordem primitiva que colocava a Eucaristia como conclusão da Iniciação.

Era quase esta, mas passando pela primeira comunhão trazida para os sete anos (Pio X) e pela invenção da comunhão solene, a situação que existia no começo do Concílio Vaticano

II. **A iniciação cristã actualmente**

Depois da reforma litúrgica do Concilio Vaticano II, existem três rituais para o Baptismo ou, dito doutro modo, três maneiras de proceder à Iniciação cristã:

- o ritual para o Baptismo dos adultos,
- o ritual para o Baptismo das crianças em idade de catequese,
- o ritual para o Baptismo dos bebés.

O SACRAMENTO DA PENITÊNCIA

A palavra latina *poenitentia,* pesar, arrependimento, mudança de pensamento, é o equivalente da palavra grega *metanoia,* frequente no Novo Testamento e que se traduz por *conversão.*

Nos primeiros séculos da Igreja, designava a iniciativa dos cristãos que pediam o perdão dos seus pecados. Eles entravam em *penitência.* Pedia-se-lhes, então, que praticassem um certo número de obras que manifestassem a verdade da sua intenção de conversão. Podiam ser acções caritativas, peregrinações, tempos de jejum e de oração...

A condição de penitente era penosa e as obras frequentemente duras. O termo *penitência* tornou-se, então, sinónimo de *mortificação,* depois, a seguir, de punição. Pôr uma criança de penitência era infligir-lhe uma punição.

Muitas pessoas, quando o padre, no momento da confissão, dava uma *penitência,* pensavam que se tratava duma punição proporcionada à gravidade das suas faltas. E a expressão «Sacramento de Penitência» evocava sobretudo algo de penoso. Perdia-se de vista que, antes de mais, se tratava dum regresso à amizade com Deus. E por isso que se prefere hoje falar de sacramento de reconciliação reencontrando assim o pensamento do Novo Testamento.

HISTÓRIA DO SACRAMENTO DA PENITÊNCIA E DE RECONCILIAÇÃO

Nas origens

Jesus dá, em primeiro lugar, a Pedro (Mt. 16,16-19), depois aos discípulos (Mt. 18,15-18), o poder de *Iigar e desligar,* termos rabínicos que designam a exclusão e a reintegração dum membro da comunidade. Mas, para compreender o sentido e o alcance do sacramento, é preciso ver também:

- Jesus que chama à conversão desde o princípio do Seu ministério (Mc. 1, 15);
- Jesus que distingue impureza de pecado, por exemplo:
  - no episódio do cego de nascença (Jo. 9, 1-13),
  - na Sua advertência aos fariseus (Mc. 7, 17-21);
- Jesus que perdoa e reconcilia a mulher adúltera a quem diz: *Eu também não* te *condeno: vai e não peques mais,* que lhe perdoa o pecado, mas também a reconcilia com Deus e com a comunidade evitando-lhe a lapidação (Jo. 8, 1-11);

• Jesus que é Ele próprio *Reconciliação:* o Seu sangue é o *sangue da Aliança derramado por muitos para remissão dos pecados* (Mt. 26, 28).

O tempo dos Apóstolos

Desde o dia do Pentecostes que se trata da penitência como conversão (metanoia): *Convertei-vos e peça cada um o Baptismo em nome do Senhor Jesus Cristo, para a remissão dos seus pecados* (Act. 2, 38).

O Baptismo é o primeiro sacramento de penitência e reconciliação, dizemo-lo no Credo. Durante um século, não há vestígios de nenhum outro sacramento, o que não quer dizer que as comunidades não tivessem precisado de solucionar os seus problemas de exclusão ou de reintegração de um dos seus membros (ver: Mt. 18,15-18; Act. 5,1-11; 1 Cor. 5, 1-13).

A penitência antiga

do séc. II ao V

Exceptuando uma frase do livro intitulado «O Pastor de **Hermas»** (cerca do ano 150), é a partir do séc. III que nos chegam as informações sobre a Penitência antiga, que chamamos também «canónica», «eclesial», «pública».

Põe-se à Igreja um problema real. É o Baptismo que perdoa os pecados: Que se deve fazer a um cristão que comete uma falta grave depois do seu Baptismo (apostasia, assassínio, adultério) e se arrepende? Tem a Igreja o direito de lhe perdoar os pecados, sem ser pelo Baptismo?

Finalmente, depois de numerosos debates a Igreja reconhecerá a possibilidade duma outra remissão além da do Baptismo, mas esta remissão dirá respeito apenas aos pecados graves e só poderá dar-se uma vez; daí o nome de «segundo baptismo» ou de «segunda penitência».

> *Prevendo os malefícios envenenados do demónio, Deus permitiu, depois de o perdão ter sido dado e a fechadura do Baptismo ter sido corrida, que, apesar disso, ficasse aberto um acesso. Colocou no vestíbulo uma segunda penitência para poder abrir aos que baterem. Mas só uma vez, já que, de facto, é a segunda vez. E nunca mais no futuro, pois a penitência precedente foi inútil. E não bastará uma vez?* (Tertuliano 155-220)

1. O cristão que tinha cometido uma falta grave confessava-a ao bispo em segredo.

2. O bispo punha o pecador «em penitência» impondo-lhe um estatuto especial na comunidade, no decurso duma celebração que deu origem à nossa liturgia de Quarta-Feira de Cinzas.

- O penitente era excluído da comunidade eucarística para significar que o seu pecado o tinha cortado de Deus. Só participava na liturgia da Palavra,

vestido com uma roupa especial, no fundo da igreja e de joelhos. Depois da oração universal, na qual a assembleia orava por ele, o bispo impunha-lhe as mãos e despedia-o.

- Na vida quotidiana, o penitente estava obrigado a práticas de penitência: jejum, orações, mortificações, abstenção do casamento ou do seu uso, interdição de exercer uma função pública.

• É do conjunto destas práticas que a penitência antiga tira o seu nome de penitência pública, e não da confissão que era sempre feita em privado.

• Quando o bispo julgava que um penitente já tinha manifestado suficientemente o seu desejo de «mudar de vida», decidia reconciliá-lo e reintroduzi-lo na comunidade. Esta celebração que se realizava na Quinta-Feira Santa tomou o nome de *sacramentum reconciliationis.* Foi dela que o Concílio Vaticano II tirou o novo modo de chamar ao sacramento de Penitência e de Reconciliação.

Sobre este período podemos fazer cinco observações:

- Os elementos do sacramento seguem esta ordem: confissão, penitência, reconciliação. A Igreja não reconciliava nunca um pecador antes de ele ter manifestado a sua conversão pelo cumprimento da penitência;

- o sinal da ruptura do pecador com Deus era manifestado pela exclusão da comunidade;

- esta prática da penitência era admirável, mas tão dura que os pecadores acabaram por esperar pelo momento da morte para recorrer a ela. A Igreja estava, aliás, bem consciente desta dificuldade. Cassiano testemunha-o, desde o séc. V, inventando uma lista de dez remissões de substituição: a caridade, a esmola, as lágrimas, reconhecer-se pecador diante de Deus, a aceitação do sofrimento, a emenda de vida, a intercessão dos irmãos, a misericórdia e a fé, converter um pecador, o perdão das ofensas;

- Apesar de tudo, a penitência tarifada continua a ser pesada: a soma dos dias de penitência podia ultrapassar a duração duma vida! Vão, por isso, multiplicar-se as remissões dos pecados por outros meios além da penitência sacramental:

  - peregrinações a Roma, a Santiago de Compostela, à Terra Santa;
  - participação na construção duma igreja;
  - oferendas para a celebração de missas;
  - tarifa penitencial substituível por uma tarifa... financeira.

A penitência privada

do séc. XII ao Vaticano II

È esta a situação quando, no princípio do séc. XII, a margem esquerda do rio Sena se torna, em Paris, o lugar duma grande efervescência intelectual e particularmente teológica.

• Abelardo, não sem intuição evangélica, censura as práticas exteriores da penitência tarifada para lembrar que o essencial do gesto penitencial se situa ao nível do coração. Com ele, a *contrição* que o pecador deve sentir terá a primazia sobre a penitência que deve fazer.

• Pedro Lombardo, cerca do ano de 1250, chega á definição precisa dos sete sacramentos (ver Capítulo III da 2.a parte, p. 84).

• A fórmula do perdão passa do deprecativo *(Que Deus* te *perdoe)* para o declarativo *(Eu* te *perdoo).*

• A comunhão eucarística tornou-se tão rara que o IV Concílio de Latrão (1215) prescreverá que se faça ao menos uma vez por ano, pela Páscoa. A mentalidade da época exigirá de cada fiel, e por este mesmo Concílio, que, antes de comungar, tenha confessado «todos os seus pecados». A questão está em saber se, por este «todos os seus pecados», o Concílio entendia só os pecados graves ou absolutamente todos os pecados, tanto os graves como os leves, e até só os leves, caso não houvesse graves.

Embora os teólogos pendessem para a primeira solução (só os graves), a piedade popular compreendeu cada vez mais a segunda, como o prova o terceiro mandamento da Igreja (séc. XV): *Confessar todos os pecados, ao menos uma vez cada ano,* e o facto de se confessar sistematicamente antes da comunhão pascal *(ir à desobriga).*

• O ritual de 1614, saído do Concilio de Trento, definirá as normas da confissão privada, mas aumentará ainda mais o carácter individual e secreto, prescrevendo uma grelha separadora entre o padre e o penitente. Os confessionários vão começar a aparecer cada vez mais nas igrejas.

• Só faltava à devoção insistir com os cristãos fervorosos para que se confessassem o mais frequentemente possível, para que se encontrasse a prática do sacramento de penitência tal qual era na véspera do Concilio Vaticano II.

Os ritos e as fórmulas da penitência serão revistas de modo a exprimirem mais claramente a natureza e o eleito do sacramento. (Vaticano II, Constituição sabre a Liturgia, n 72)